



FEIRAS LIVRES: ENTRE MULHERES, AGROECOLOGIA E O VALE DO JEQUITINHONHA¹

FERREIRA, Keyla Karla Fernandes²; LIMA, Josélia Barroso Queiroz³

² Mestranda em Estudos Rurais (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, keylafer@gmail.com.

³ Docente do Programa de Mestrado em Estudos Rurais (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, joseliabqlima@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho se trata de uma investigação qualitativa, ainda em fase exploratória, a despeito dos significados atribuídos ao espaço da feira livre do Vale do Jequitinhonha pelas mulheres feirantes, visto que tal espaço público é relevante por ser social e político, como também para articular, concomitantemente, produtos agroecológicos, equidade de gênero e cultura popular regional. Sendo assim, para compreender os simbolismos atribuídos ao respectivo lugar, lança-se mão da Teoria das Representações Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público; Representações Sociais; Feminismo; Vale do Jequitinhonha; Significados.

INTRODUÇÃO

Breve história da civilização

E nos cansamos de andar vagando pelos bosques e pela beira dos rios.

E fomos ficando. Inventamos as aldeias e a vida em comunidade, transformamos o osso em agulha e o espinho em arpão, as ferramentas prolongaram nossas mãos e o cabo multiplicou a força do machado, do arado e da faca.

Cultivamos o arroz, a cevada, o trigo e o milho, prendemos em currais as ovelhas e as cabras, e aprendemos a guardar grãos nos armazéns, para não morrer de fome nos tempos ruins.

E nos campos lavrados fomos devotos das deusas da fecundidade, mulheres de vastas cadeiras e tetas generosas, mas com o passar do tempo elas foram trocadas pelos deuses machos da guerra. E cantamos hinos de louvor à glória dos reis, dos chefes guerreiros e dos sumos sacerdotes.

E descobrimos as palavras *seu* e *meu* e a terra passou a ter dono e a mulher foi propriedade do homem e o pai, proprietário dos filhos.

Lá para trás ficaram os tempos em que andávamos à deriva, sem casa nem destino.

Os resultados da civilização eram surpreendentes: nossa vida era mais segura e menos livre, e trabalhávamos mais horas (GALEANO, 2015, p. 6).

À luz da crônica poética de Eduardo Galeano em *“Espelhos – uma história quase universal”*, apresenta-se a respectiva proposta de trabalho. Sendo assim, este é um texto que trata dos desdobramentos da história da civilização. Trata, sim, de reflexões sobre a vida das desvalidas, subalternas, enfim, das esquecidas pela história oficial, mas muito mais, versa pelo reconhecimento de suas memórias, dos seus saberes e de sua emancipação, cujas narrativas tentaram calar, mas não puderam, porque persistem.

Sendo assim, contextualizando o processo civilizatório de uma região, está o Vale do Jequitinhonha,

¹ Projeto de pesquisa.



localizado na porção Nordeste de Minas Gerais, com características predominantemente rurais, onde vivem aproximadamente um milhão de habitantes. Muito além de tratar-se apenas de uma bacia hidrográfica, a região possui uma história marcada por intensos conflitos que atravessaram séculos, sobretudo a partir da chegada dos portugueses, com a instauração do processo colonizador, quando da descoberta de suas riquezas minerais.

No entanto, após a decadência da exploração mineral, a região ficou esquecida para os interesses do poder público, tendo sido lembrada na segunda metade do século XX, quando Minas Gerais, em conformação com o restante do país, passavam pelo modelo de modernização. Assim, foi nesse período que o estigma de “Vale da miséria” surgiu.

Porém, Servilha (2015) chama atenção para o fato de que o Vale do Jequitinhonha, enquanto região geográfica, simultaneamente ao Nordeste brasileiro, foi instituído a partir da criação de um órgão estatal, Codevale – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – no ano de 1964. Segundo o autor, o discurso de miséria, legitimado pela tal comissão, foi usado intencionalmente para “produzir” a região. Foi nesse momento que emergiu o Vale do Jequitinhonha enquanto região, isto é, “inventada”, uma vez que estava “esquecida” do restante do estado, de forma a corroborar com a então lógica capitalista de divisão territorial do trabalho.

A partir do estigma, várias medidas foram tomadas pelo Estado a fim de “desenvolver” o Vale. Dessa forma, o projeto “redentor” do Jequitinhonha contou com investimentos que visaram à exploração de um dos maiores potenciais da região: os recursos naturais – terras, água, granito, fauna e flora. Em outras palavras, significou um modelo privatizador dos recursos e do território, e que gerou poucos empregos, diferentemente do que se havia prometido à população (RIBEIRO et al., 2007).

Assim, alguns anos após a implementação dos grandes empreendimentos na região, com a substituição da força de trabalho pelas máquinas cada vez mais acentuada, a população, que em sua maioria é rural, viu-se encurralada devido ao aprofundamento da pauperização regional. Tal situação desencadeou várias consequências, dentre elas o movimento migratório do Vale do Jequitinhonha nas últimas décadas do século passado, e que ainda persiste.

Todavia, em meio a tais processos colonizadores na região, sempre houve resistência, contraposições, articulações de movimentos sociais e culturais, de maneira a atender as demandas econômicas, políticas, sociais, culturais, ecológicas e identitárias dos diferentes grupos que compõem a diversidade e a pluralidade do Vale do Jequitinhonha.

Diante disso e também de sua expressiva ruralidade, não são poucos os trabalhadores rurais que usam os modos de fazer e produzir agricultura agroecológicos (ainda que a chamem de outra coisa), bem como a ocorrência de uma articulação feminina cada vez maior, iniciada pela AMOVAJE (Associação das Mulheres Organizadas do Vale do Jequitinhonha), além do papel econômico importante e estratégico das feiras livres em todos os municípios da região (RIBEIRO et al. 2013).

Posto isso, uma vez que (i) o movimento de mulheres da região é significativamente composto pelas feirantes; (ii) a presença das mulheres, vendedoras, nas feiras é majoritária; (iii) os seus respectivos produtos



são de origem agroecológica – mesmo que muitas não tenham consciência disso; e (iv) as feiras livres são uma das características marcantes da região. Assim, coloca-se a questão-problema: qual o significado da feira livre para as mulheres feirantes?

Objetiva-se, primordialmente, compreender o sentido atribuído pelas vendedoras ao seu trabalho na feira, visto que se trata de um importante e estratégico espaço público. Também busca investigar se os respectivos sujeitos se apropriam desse espaço como um lugar político, de resistência, e de equidade de gênero.

Ressalta-se, entretanto, que a proposta aqui apresentada trata de um recorte, ainda incipiente, sobre o lugar da mulher nas feiras e as significações dadas, estando vinculado à pesquisa que vem sendo realizada na feira livre municipal da cidade de Capelinha/MG – localizada na microrregião do alto Jequitinhonha, por ser uma das maiores feiras da região e por estar num espaço significativamente alterado pela monocultura de eucalipto, um dos principais empreendimentos fomentados pela política desenvolvimentista no Vale, bem como pela produção de café.

Assim, os enfoques atribuídos à feira como espaço público, e à relação das feirantes com o mesmo, remetem à leitura do respectivo lugar como espaço de apropriação e de reconhecimento de uma memória histórica silenciada, em que grupos sociais historicamente foram “feitos desiguais” (Arroyo, 2010), mas que resistindo à violência simbólica e física do colonizador, têm talvez, no espaço das feiras livres, resistência e luta por outras formas de sociabilidade. Posto isso, a hipótese orienta-se para a defesa do lugar das feiras como espaço de produção subjetiva, e possível resistência, dos atores sociais em questão.

Dessa forma, salienta que serão usadas as Representações Sociais a fim de compreender os campos simbólicos aspirados com a presente proposta.

METODOLOGIA

Por se tratar de inquietações que reorganizam o foco, uma vez que ganham novos contornos, o presente estudo ainda está contido em especulações, isto é, em sua fase exploratória, buscando, portanto, uma base de fundamentação teórica com a qual possa dialogar. Nesse sentido, este é um projeto de investigação qualitativa, uma vez que versa pela compreensão dos significados, atitudes, crenças, valores, como categorias de análises imprescindíveis para a leitura do fenômeno humano em sua relação com o simbólico, tais categorias são abarcadas dentro das Ciências Sociais, logo, implicam em um trabalho artesanal, visto que demanda o labor intelectual dos pesquisadores.

Assim, tendo o olhar qualitativo e a pesquisa voltada para as feiras como espaços sociais e de promoção de sociabilidades, e a possibilidade de participação do congresso Feminismo e Agroecologia, dada a relevância do mesmo como diálogo da pesquisa em curso, mobilizou-nos a problematização da relação feira e mulheres, como dito anteriormente, evidenciou-se o questionamento sobre o feminino (função e significação), posto que na escolha dos instrumentais da pesquisa em curso a saber: a escuta e a aproximação com o espaço da feira, as observações do cotidiano, o registro em diário de campo, a produção

de fotografias, entende-se que poderemos ter elementos que nos permitiram analisar tal relação.

Posto isso, como metodologia, parte-se de uma breve revisão bibliográfica dos principais conceitos que podem nos subsidiar na elucidação do que nos propomos, bem como do aporte das Representações Sociais como principal teoria de investigação no que concerne à compreensão dos simbolismos presentes no respectivo espaço público. Importante mencionar que os conceitos aqui apresentados foram sendo selecionados à medida da reafirmação do tema de pesquisa, para tal, o processo formativo desenvolvido no Programa de Mestrado em Estudos Rurais, ao qual a pesquisa se vincula, possibilitou o contato e a apropriação dos conceitos. Ressaltando-se, sobretudo, a Unidade *Curricular Gênero e Agricultura*. Nela, o acesso a pensadores, a crítica à epistemologia positivista, o debate sobre relações de poder e hierarquização que marcam nossa cultura patriarcal.

Portanto, na seleção dos aportes teóricos que apresentamos, retomamos a processualidade do labor intelectual. Nesse labor, nos deparamos com o próprio exercício de romper com o silêncio e a invisibilidade que atravessa-nos como sujeitos sociais - mulheres.

Feminismo

Uma obra que trouxe importantes contribuições para a reflexão proposta é a de Simone Beauvoir (1970), *“O Segundo Sexo: fatos e mitos”*, que possibilitou o entendimento a respeito do desenvolvimento da opressão masculina sobre a feminina. Assim, ressalta-se a perspectiva do materialismo histórico em que a autora recupera o período da Idade da Pedra para demonstrar que a mulher era tão participante da atividade econômica quanto o homem, ou seja, havia equidade de gêneros. No entanto, com as descobertas de outros elementos, como o ferro, o cobre, etc., a ambição cada vez maior de desbravar e conquistar do homem levaram-no a constituir a sociedade patriarcal, privatizando terras, se tornando proprietário de escravos, da terra, e da mulher. Em outras palavras, a opressão social que a mulher sofre é em virtude da opressão econômica.

Sendo assim, uma outra perspectiva que complementa a ideia anterior, fora profundamente discutida por Silvia Federici (2017), em *“Calibã e a Bruxa²”*, e ofereceu uma análise histórica que permitiu compreender como a mulher tornou-se discriminada na sociedade. Nesse sentido, demonstrou que a subalternação das mulheres não é resultante do mundo que antecedeu a sociedade capitalista, mas é parte fundante do capitalismo, tanto para se produzir quanto se reproduzir. Em outras palavras, o respectivo sistema foi construído sobre a justificativa das diferenças sexuais, reconstruído para que se cumprissem novas funções sociais, legitimado pelo Estado e abençoado pela Igreja.

Dessa forma, no que tange ao papel do Estado na legitimação da sublimação feminina, retoma-se Michel Foucault em *“O Sujeito e o Poder”*, o qual, para compreender as relações de poder que produzem os sujeitos, investigou as formas de resistência que atuam contra as formas de dominação, e percebeu que elas

²Obra baseada numa profunda discussão em que demonstra como a ascensão do capitalismo relaciona-se diretamente à história de guerra contra as mulheres, por meio da caça às bruxas, em que centenas de mulheres foram executadas no início da Modernidade, de maneira que fosse preparado um novo terreno social a fim de possibilitar a instauração do regime patriarcal em moldes muito mais opressores, atuante primeiramente na Europa, estendendo-se às demais localidades do globo terrestre, subordinando dessa forma mulheres, homens, índios, e demais sujeitos sociais.



são lutas transversais, que dizem respeito a questão filosófica que nos é mais intrínseca. Assim:

Elas são uma recusa dessas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos.

Em suma, o principal objetivo dessas lutas é atacar, não tanto “tal ou tal” instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder.

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 278).

Para ele as formas de luta são geralmente de três tipos: contra a dominação (étnica, religiosa e social), contra a exploração (a separação do sujeito daquilo que produz) e contra a sujeição (que liga o indivíduo consigo mesmo, logo o submete aos outros). O autor também concebe que das três, a luta contra a sujeição, submissão da subjetividade, permanece atual e tem se tornado cada vez mais importante entre os demais tipos de sujeição, embora não possa ser compreendido fora de sua relação com os mecanismos que levam os indivíduos a serem dominados e explorados, pois são fenômenos derivados também de processos econômicos e sociais.

A fim de explicar a atualidade das lutas pela subjetividade, Foucault sugere que desde o século XVI tem emergido uma nova forma política de poder, o Estado, o qual combina engenhosamente duas técnicas de domínio, individualizante e totalizadora, pois fundamenta-se na “tecnologia cristã” do poder pastoral, que conduz, cuida e protege os sujeitos sociais, tanto individualmente quanto coletivamente. E provoca ao referir que talvez hoje necessitemos não mais saber o que somos, mas, sim, recusar o que somos, isto é, recusarmos o Estado, no sentido de sua ideologia e o tipo de individualidade que é “produzida” por ele, e que nos é imposto desde tempos remotos.

A discussão do autor sobre como nós, sujeitos, somos “criados” pelo Estado, dialoga com a perspectiva de Federici, quando a mesma demonstra como o Estado teve papel fundamental na legitimação da abstração do corpo em consonância com demais instituições, pois:

Daí esta batalha contra o corpo, que caracterizou os primórdios do desenvolvimento capitalista e que continua, de diversas formas, até nossos dias. Vem deste contexto também a mecanização do corpo, que foi o projeto da nova filosofia natural e o ponto focal dos primeiros experimentos na organização do Estado. Se fizermos um apanhado desde a caça às bruxas até as especulações da filosofia mecanicista, incluindo as investigações meticulosas dos talentos individuais pelos puritanos, veremos que um único fio condutor une os caminhos aparentemente divergentes da legislação social, da reforma religiosa e da racionalização científica do universo (FEDERICI, 2017, p. 284).

Assim, a ideia degradada da mulher tem um histórico, uma fundamentação, arquitetada minuciosamente e dissimulada, ancorada pela estrutura de sociedade patriarcal, e corroborada pelas diversas



instituições. Portanto, embora sempre tenha existido a divisão sexual do trabalho na história do ser humano, a partir do momento em que a mulher fora privada dos meios de produção, tornou-se relegada ao espaço privado, e assim, ainda mais invisibilizada e inferiorizada à ascensão capitalista.

Agroecologia

No que tange ao surgimento da agricultura, sociedades foram muito impactadas por sua origem, tendo tal acontecimento ficado conhecido como “revolução agrícola neolítica”. Dessa forma, a agricultura começou de uma profunda transformação da relação do ser humano com a natureza, em que o mesmo deixou de caçar e coletar alimentos produzidos naturalmente, passando a selecionar algumas espécies, bem como cultivá-las, e reproduzi-las em condições artificiais, ou seja, em condições criadas por ele mesmo. Embora exista uma série de especulações, acredita-se veementemente que vários fatores combinados proporcionaram a emergência de tal atividade, tais quais fatores ambientais, culturais, sociais e econômicos, levando-se em consideração as especificidades de cada região do planeta (SANTILLI, 2009).

Com o passar do tempo, vários modelos agrícolas surgiram, e hoje, a agricultura convencional ou industrial é o modelo predominante, hegemônico, mas não é o único. No entanto, segundo Jesus (2005), concomitantemente à emergência da agricultura industrial, com sua disseminação mais intensa no início do século XX, na Europa Ocidental e na América do Norte, e no Brasil, sendo mais incisiva na década de 1970, surgiu a agricultura não-convencional como resposta a esse modelo.

Nesse sentido, segundo o autor, a agroecologia é o paradigma emergente, ou seja, substituto da agricultura convencional, e é diferente porque baseia-se numa abordagem holística da agricultura e não apenas tecnicista, preocupando-se, portanto, desde as questões ambientais às humanas que a compõem. Assim, o termo vai além das relações ecológicas/biológicas que envolvem os sistemas agrícolas, e atenta-se ao equilíbrio necessário para a crescente necessidade de produção de alimentos. Vale ressaltar que a agroecologia é concebida com algumas diferenças a partir da compreensão e visões de mundo que seus teóricos trazem consigo.

Portanto, desde a ascensão da agricultura, no Neolítico, até o seu desenvolvimento nos dias atuais, percebe-se a emergência de diferentes paradigmas, diferentes concepções dos sistemas agrícolas, que incorporam visões históricas, culturais, socioeconômicas distintas, e por esse motivo são continuamente disputados, sobretudo com as revoluções que contemplaram a agricultura da Antiguidade à Modernidade, a fim de atenderem interesses de determinadas classes em detrimento de outras.

No que diz respeito ao Brasil, sempre houve uma posição contraditória do Estado brasileiro em relação à agroecologia, visto que o governo seguiu continuamente incentivando a agricultura convencional com a aplicação de recursos onerosos ao agronegócio.

Entretanto, Claudenir e Maria Emília discutem como a agroecologia brasileira incorporou horizontes se desenvolvendo enquanto ciência, movimento e prática, assim:

A Agroecologia vem se enraizando em todos os ambientes e contextos socioeconômicos brasileiros com uma salutar diversidade de expressões, percepções e perspectivas, vem permeando, cada vez

6



mais, os circuitos científico-acadêmicos e, ao mesmo tempo, vem se colocando firmemente no embate político-ideológico como opção sustentável de vida no campo. Materializa-se, portanto, como um movimento, levado a cabo por um amplo conjunto de organizações e redes sociais; como uma ciência, que está sendo construída a partir de concepções, princípios e métodos diferenciados dos preceitos cartesiano-positivistas; e como uma prática vivenciada, experimentada, transmitida, inovada e (re)inventada por agricultores e agricultoras em diferentes condições e realidades por todo o território brasileiro, utilizando ou não essa denominação (FÁVERO & PACHECO, 2013, p. 235).

Nesse sentido, os autores demonstram como a Agroecologia deixa de restringir-se apenas aos limites ecológicos dos agroecossistemas (vale lembrar que a diversidade natural e cultural brasileira desafia as teorizações dessa ciência) e se converge em várias frentes de movimentos sociais e de lutas que vão desde o acesso à terra, soberania e segurança alimentar, direito à saúde, à igualdade de gêneros, de modo que o sistema hegemônico possa ser superado.

Espaço Público

Sendo assim, é oportuno frisar que em uma sociedade democrática são essenciais o reconhecimento e o respeito ao outro, ou seja, à alteridade do sujeito humano, como ser social e político que é. Entretanto, para além da perspectiva do sujeito enquanto indivíduo, depara-se com a dimensão política, isto é, o espaço público, lugar da pluralidade humana e de interesses coletivos.

Nesta perspectiva, retomando Habermas (1984), ao analisar a esfera pública burguesa a definiu como espaço de cidadania, de interações sociais, onde os cidadãos se encontram e se comunicam com equidade, representando, dessa forma, a opinião pública, uma vez fragmentada a hierarquia advinda do poder religioso e monárquico.

No entanto, o autor discute também sua preocupação em relação ao enfraquecimento das funções críticas da esfera pública, em decorrência das transformações do sistema capitalista, e chama a atenção para a retomada do seu compromisso ontológico. Em outras palavras, urge a imprescindível recuperação de tal espaço a fim de que o poder seja exercido por meio do debate público.

Representações Sociais

Em consonância com o pensamento de Habermas, Sandra Jovchelovitch (2000) discute as representações sociais compostas na esfera pública brasileira, e como significa nosso passado histórico.

No entanto, é oportuno lembrar que a noção das representações sociais fora inicialmente elaborada pelo psicólogo social Serge Moscovici em 1961, a partir da retomada do conceito de representação coletiva criado por Émile Durkheim – ou seja, ambos entendiam a importância do estudo das produções mentais sociais. Contudo, Moscovici renovou a análise da influência dos fenômenos psíquicos sociais sobre a vida do indivíduo, caracterizando-os pela intensidade das trocas simbólicas e comunicações interpessoais, pela pluralidade e circulação sociais, pelo desenvolvimento da ciência (JODELET, 2001).

~



Nesse sentido, o preconizador das representações sociais parte da preocupação com a multiplicidade de sistemas de representações e se propõe a explicá-los por meio das relações dialéticas entre indivíduo e sociedade, em outras palavras, entre sujeito e objeto, a partir da concepção de que não existe separação entre o mundo exterior e o mundo interior do sujeito.

Dessa forma, embora o estudo das representações sociais seja composto por várias vertentes, dado o objetivo do presente trabalho, busca-se dialogar com a pesquisa de Jovchelovitch³ por entender que a feira livre se configura como um espaço público de vários territórios simbólicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de um novo recorte a respeito de uma pesquisa que está ocorrendo, ainda não se têm resultados propriamente ditos, o que impossibilita discussões aprofundadas, logo, o que nos atrevemos a fazer são inferências e interpretações, elas advêm do material fotográfico do campo realizado a partir das observações diretas, isto é, aproximações de campo no espaço em questão. As fotografias nos possibilitam mapear, conhecer e registrar o cotidiano do ambiente da feira de produtores de Capelinha.

No exercício de produção deste artigo, e na leitura do material coletado, percebemos que as imagens nos apontam para a presença marcante das mulheres. Ainda que o foco das imagens não tivesse sido as mulheres, mas, como dito, no ambiente da feira existem algumas percepções visuais – cores, roupas e comportamentos que representam o feminino, dizem sobre elementos relevantes quanto à hipótese aqui proposta: as feiras são espaços sociais ocupados por mulheres e nelas talvez podemos acessar memórias de luta e resistência. Portanto, ter a escuta voltada para elas será fundamental, para entendermos os sentidos atribuídos à feira.

³ A pesquisa publicada por Jovchelovitch (2000) revela os desafios sociais a serem enfrentados. Entre estes desafios, estão: a aprendizagem de novas relações sociais, a ruptura com o discurso fatalista que nega a participação dos sujeitos sociais na produção histórica, a necessidade de desconstruirmos o discurso racista e etnocêntrico que nomeia o brasileiro como ser híbrido e de caráter duvidoso, pelo fato de ser miscigenado. Cabe-nos a construção, portanto, de outro imaginário popular no qual possamos reconhecer a pluralidade, a diversidade do povo brasileiro como elemento fundamental de nossa cultura, entendendo como tal povo, mantido ignorante, sofre as consequências históricas da exclusão social (LIMA, 2013, p. 82).



Figuras: Pátio coberto, organizado por ordem alfabética, e pátio externo, com organização aleatória (Fonte: FERREIRA, 2018).

As fotografias sociogeográficas possibilitam perceber que no espaço da feira, quanto à sua circulação, é permeado por número significativo de mulheres e homens. Entretanto, no que tange ao cotidiano dos feirantes, notou-se a presença majoritária das mulheres, seja como vendedoras, bem como produtoras.

As observações de campo e as escutas informais dos que participam do cotidiano da feira fazem parte de nosso instrumental investigativo e têm nos permitido visualizar que, embora existam mulheres jovens no labor, a grande maioria é composta por senhoras, com décadas de trabalho. No diálogo informal, temos ouvido delas que mesmo não recebendo valores tão significativos por suas vendas, permanecem na atividade por outras motivações que não apenas a monetária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para os dados incipientes que temos, tendo por análise as categorias de gênero, espaço público e feminismo, podemos, ainda que de modo inicial, compreender que as feirantes ocupam, e já ocupavam, diferentes lugares que não se restringem apenas à lógica doméstica. O acesso as feiras podem remeter a ruptura com a invisibilidade e com as relações de poder de sexo-gênero assimétricas, historicamente construídas pelo poder patriarcal. No espaço da feira outras sociabilidades lhes marcam, apresentam-se enquanto produtoras, provedoras e gestoras.

Ademais, além da hipótese de ser a feira memória e resistência, nota-se que é um espaço onde também as condições gerais da globalização contraditoriamente possibilitam as mulheres retomar seu papel no espaço social e público, desconstruindo séculos de subordinação patriarcal, sobretudo por este ser marca societária tanto do Brasil quanto do Vale.

Ao produzirmos este artigo, abrimo-nos para o diálogo público, entendendo que o novo enfoque

9



dados a pesquisa deve situar-se dentro da abordagem crítica que implica a análise dos processos de subordinação patriarcal sobre as mulheres, mas para além disto, precisamos situá-las como sujeitos sociais e históricos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Política educacional e desigualdades**: a procura de novos significados. Edu. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault** – uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FÁVERO, Claudenir; PACHECO, Maria Emília Lisboa. Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. In: **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. João Costa Gomes, William Santos de Assis (Editores Técnicos). Brasília Informação Tecnológica: Embrapa, 2013.

GALEANO, Eduardo. **Espelhos**: uma história quase universal. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JESUS, Elino. Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A. M.;

ASSIS, R. L. (Ed) **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Josélia Barroso Queiroz. **Sons do Silêncio**: a relação entre Religião Católica e Educação Escolar - um estudo de caso. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Feiras do Jequitinhonha**: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/Universidade Federal de Lavras, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Sete Estudos sobre a Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?** O espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.